



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA/SP

CARAGUAPREV

RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTOS

JULHO DE 2026



SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO.....	5
3. BOLETIM FOCUS.....	7
4. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	7
4.1 ESTUDO ALM.....	9
5. RENTABILIDADE DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	13
6. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS	14
7. PERSPECTIVAS.....	18
8. GERENCIAMENTO DE RISCOS - INDICADORES DE DESEMPENHO E RISCO.....	19
9. TABELA DE LIQUIDEZ.....	20
10. RENTABILIDADE POR ARTIGO	21
11. MOVIMENTAÇÕES DO MÊS	22
12. EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	25
13. RELAÇÃO DE GESTORES DOS RECURSOS	26
14. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV.....	27
15. PRÓ GESTÃO – NÍVEL IV.....	29
16. CONCLUSÃO.....	30



RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTOS

JULHO DE 2026

Parâmetros:

- *Resolução 5.272/25 do CMN – Legislação Vigente;*
- *Política Anual de Investimentos - elaborada pelo CARAGUAPREV;*
- *Diversificação, Segurança, Liquidez e Transparência;*
- *Diluição dos riscos de perda e do retorno nos Investimentos;*
- *Aumento da rentabilidade da carteira de forma inteligente;*
- *Expectativas do Mercado.*

1. INTRODUÇÃO

O CaraguaPrev no mês de julho de 2026 vem implementando ações que demonstram transparência nos processos decisórios dos investimentos financeiros e divulgação das informações aos seus segurados.

O Instituto com sua estrutura administrativa composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva que executa as deliberações tomadas pelos Conselhos. Na área de investimentos atuam os membros do Comitê de Investimentos que analisam as aplicações financeiras e levam a matéria para deliberação conclusiva pelo Conselho Deliberativo. Nas reuniões mensais são deliberadas e avaliadas as questões: previdenciárias, fiscais, financeiras e administrativas, visando a implantação de boas práticas de gestão e governança, com o intuito de que o CaraguaPrev desenvolva uma boa gestão previdenciária e administrativa e efetue os investimentos conforme as normas vigentes e de maneira eficaz, levando em conta sua finalidade essencial, que é assegurar os direitos aos participantes beneficiários segurados do sistema, que é o pagamento dos benefícios previdenciários.

O Relatório Mensal de Investimentos do CaraguaPrev tem o intuito de informar à sociedade os dados quantitativos e qualitativos da carteira de investimentos do Plano Previdenciário, detalhando os ativos financeiros que o compõe, inclusive quanto aos indicadores de desempenho e gerenciamento de riscos.



Participantes da Gestão do CaraguaPrev no mês avaliado:

Todos os membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos possuem certificação por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função, conforme requisitos mínimos exigidos no artigo 8º-B da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e Portaria MTP Nº 1.467, de 02 de junho de 2022 ou norma que a complemente, atualize ou substitua.

Conselho Deliberativo:

- Alex Catapani (Presidente do Conselho Deliberativo), (Certificação TOTUM);
- Gabriela Cristina da Silva Coelho, (Certificação TOTUM);
- Benedita Auxiliadora de Moraes (Certificação TOTUM);
- Valeria Regina Rodrigues de Lima (Certificação TOTUM);
- Rosemeire Maria de Jesus (Certificação TOTUM);
- Ivone Cardoso Vicente Alfredo (Certificação TOTUM);
- Marcia Denise Gusmão Coelho (Certificação TOTUM);
- Margarete Soares de Oliveira (Certificação TOTUM).

Conselho Fiscal:

- Cristiano Paulo Silva (Presidente do Conselho Fiscal, Certificação TOTUM);
- Adriana Zambotto Fernandes (Certificação TOTUM);
- Marcia Regina Paiva Silva (Certificação TOTUM);
- Marcus da Costa Nunes Gomes (Certificação TOTUM).

Comitê de Investimentos:

- Anderson Franco Boytchuk do Nascimento (Presidente do Comitê de Investimentos, Certificação TOTUM);
- Pedro Ivo de Sousa Tau (Certificação profissional CPA-10 e Certificação CP RPPS CGINV III - avançado);
- Adriana Zambotto Fernandes (Certificação TOTUM);
- Rosemeire Maria de Jesus (Certificação TOTUM);
- Ivone Cardoso Vicente Alfredo (Certificação TOTUM);

Diretoria Executiva:

- Pedro Ivo de Sousa tau (Presidente do CaraguaPrev, Certificação profissional CPA-10 e Certificação CP RPPS DIRIG III - avançado);
- Anderson Franco Boytchuk do Nascimento (Diretor Financeiro, Certificação TOTUM);
- Rose Ellen de Oliveira Faria (Diretora de Benefícios, Certificação TOTUM); e
- Paulo Henrique Passos do Nascimento (Diretor Administrativo, Certificação TOTUM);



O Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado ao Ministério da Previdência Social, disponível para consulta pública no site <http://cadprev.previdencia.gov.br>, contém todas as informações sobre as aplicações financeiras nas Instituições Financeiras, obedecendo a Resolução do Conselho Monetário Nacional e a Política Anual de Investimentos do CaraguáPrev.

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

BRASIL: No mês de julho de 2026 a carteira de investimentos do CaraguáPrev em renda fixa, em renda variável e investimentos estruturados apresentaram performances positivas no mês. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 0,87%, acima da meta atuarial do mês que foi de 0,58%. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 0,07% no mês, desacelerando em relação a junho. O IPCA acumulado em 12 meses recuou para 4,44%, aproximando-se do centro da meta, embora as expectativas de inflação para os próximos períodos ainda permanecessem acima do objetivo do Banco Central. A Selic, em 14,25% ao ano, continuava exercendo forte efeito restritivo sobre a economia, mas já havia perspectivas de redução gradual dos juros diante da melhora do quadro inflacionário. A atividade econômica apresenta sinais de desaceleração, enquanto o principal fator de risco permanece sendo o cenário fiscal. O déficit público e o elevado custo dos juros da dívida mantinham a trajetória da dívida pública como importante fonte de incerteza, contribuindo para a manutenção de prêmios elevados nos mercados financeiros.

GERAL: O cenário macroeconômico global em julho de 2026 foi marcado pela combinação de crescimento econômico ainda resiliente, inflação persistente e elevada incerteza geopolítica. O ambiente internacional, portanto, apresenta perspectivas de crescimento moderado, porém com riscos elevados. A evolução dos conflitos no Oriente Médio, os preços do petróleo, as tensões comerciais, a trajetória dos juros nas principais economias e a possibilidade de correção nos mercados ligados à inteligência artificial constituíam os principais fatores de risco. Em contrapartida, a continuidade dos investimentos em tecnologia e uma eventual redução das tensões geopolíticas poderiam favorecer a atividade econômica e os mercados financeiros.

COMENTÁRIO DO MÊS:

“Apesar das incertezas em torno da persistência do conflito no Oriente Médio, a dissipação do



choque energético trouxe sinais mais favoráveis para a inflação desde meados do mês passado. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, os índices vieram abaixo das expectativas, reduzindo as pressões de curto prazo. Ainda assim, a inflação acumulada em 12 meses permanece acima das metas, o que mantém os bancos centrais em postura cautelosa.

Nos Estados Unidos, o Fed segue diante do dilema entre aguardar novos dados ou iniciar um aperto monetário moderado. Na Europa, o BCE manteve a taxa de juros em 2,25%, após a elevação de 25 pb realizada em junho, adotando, porém, um tom mais vigilante. No Brasil, o Copom reduziu a Selic em 25 pb, para 14,00%, e a expectativa é de um novo corte em setembro. Apesar desse quadro mais benigno para a inflação, a recente alta do petróleo e os riscos no cenário externo seguem demandando atenção. Nos Estados Unidos, a atividade permaneceu resiliente no segundo trimestre, e os ISMs de julho reforçaram o dinamismo da economia, sustentado pelo ciclo de investimentos em inteligência artificial. Em contrapartida, o mercado de trabalho continuou apresentando sinais de moderação: o payroll registrou abertura de apenas 23 mil vagas em julho, acompanhado de revisão negativa de 103 mil postos nos dois meses anteriores e desaceleração dos salários. A inflação de junho também surpreendeu para baixo, fortalecendo a narrativa de desinflação. Nesse contexto, o Fed manteve a taxa de juros entre 3,50% e 3,75% na reunião de julho. Embora a decisão tenha sido marcada por três divergências e um debate interno claramente mais restritivo, a comunicação permaneceu ambígua quanto aos próximos passos, combinação que ajuda a explicar o fortalecimento do dólar no fim do mês.

Na Área do Euro, a atividade mostrou-se mais forte do que o esperado. O PIB avançou 0,4% t/t no segundo trimestre, enquanto a taxa de desemprego permaneceu próxima das mínimas históricas, em 6,3%. A inflação acelerou moderadamente para 2,9% a/a, impulsionada principalmente pela energia. Já os núcleos de inflação e os serviços seguiram comportados, com expectativas bem ancoradas. Diante desse quadro, o BCE manteve a taxa de depósitos em 2,25% e reforçou uma comunicação mais vigilante, sem, contudo, identificar evidências relevantes de efeitos de segunda ordem.

Na China, a economia continua operando em duas velocidades. Embora o PIB tenha desacelerado para 4,3% a/a no segundo trimestre, o crescimento acumulado no primeiro semestre, de 4,7%, permaneceu alinhado à meta oficial. De um lado, a manufatura de alta tecnologia e as exportações seguem robustas; de outro, o consumo das famílias e o setor imobiliário continuam fragilizados. Ao mesmo tempo, a inflação voltou a perder força e os PMIs oficiais recuaram para território contracionista em julho. Sem sinais de desaceleração mais intensa, o Politburo reiterou a estratégia de ajustes graduais, sem anunciar novos estímulos de grande magnitude.



No Brasil, os dados recentes confirmaram a esperada moderação da atividade no segundo trimestre, embora com uma composição menos desfavorável do que sugerem os indicadores agregados. PMS, PMC e produção industrial vieram mais fracas, mas a abertura dos dados mostrou desempenho mais construtivo dos serviços prestados às famílias, enquanto o IBC-Br superou as expectativas. O mercado de trabalho segue aquecido, ainda que os rendimentos apresentem desaceleração gradual. Na inflação, a principal surpresa foi positiva: o IPCA de julho avançou apenas 0,07%, levando a taxa acumulada em 12 meses para 4,44%. No campo fiscal, contudo, o quadro permanece desafiador, com a dívida bruta alcançando 81,9% do PIB. O real, por sua vez, apreciou 1,7% em julho, encerrando o mês em R\$ 5,07 por dólar. Na política monetária, o Copom reduziu a Selic para 14,00% a.a. em agosto, em decisão amplamente antecipada, adotando uma comunicação mais objetiva, mantendo a assimetria altista no balanço de riscos e reforçando uma condução dependente da evolução dos dados.”

(Fonte Relatório Macroeconômico i9 Advisory/ LDB Consultoria).

3. BOLETIM FOCUS

Mediana - Agregado	2026							2027							2028						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,30	5,12	5,03	▼ (5)	152	5,03	109	4,18	4,22	4,22	= (1)	150	4,27	108	3,70	3,80	3,80	= (1)	121		
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,99	1,99	1,99	= (5)	119	2,00	62	1,69	1,60	1,57	▼ (2)	116	1,50	61	2,00	2,00	2,00	= (125)	87		
Câmbio (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	= (7)	122	5,20	77	5,28	5,29	5,28	▼ (1)	118	5,30	77	5,35	5,30	5,30	= (2)	87		
Selic (% a.a)	14,00	14,00	13,75	▼ (1)	152	13,75	100	12,00	12,00	12,00	= (7)	147	12,25	97	10,50	10,50	10,50	= (5)	122		
IGP-M (variação %)	5,68	5,42	4,54	▼ (5)	66	5,00	39	4,10	4,16	4,16	= (1)	60	4,18	37	3,85	3,97	3,97	= (1)	52		
IPCA Administrados (variação %)	5,00	5,00	4,93	▼ (1)	104	4,90	72	3,86	3,90	3,90	= (1)	96	3,91	68	3,50	3,50	3,56	▲ (1)	65		
Conta corrente (US\$ bilhões)	-60,00	-60,00	-60,00	= (4)	40	-61,85	20	-61,10	-61,10	-61,00	▲ (2)	37	-58,60	19	-62,83	-62,80	-62,80	= (1)	29		
Balança comercial (US\$ bilhões)	76,20	76,20	76,80	▲ (1)	41	76,20	22	75,00	77,85	77,70	▼ (1)	39	75,59	21	73,00	74,85	76,00	▲ (2)	34		
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	76,00	77,85	78,45	▲ (3)	40	77,58	20	79,50	79,85	80,00	▲ (1)	39	77,80	19	80,00	80,00	80,00	= (25)	32		
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	69,84	69,80	69,90	▲ (1)	58	69,80	30	73,40	73,40	73,40	= (4)	57	73,40	30	76,40	76,40	76,40	= (4)	51		
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	= (24)	62	-0,50	32	-0,40	-0,40	-0,40	= (19)	61	-0,40	32	-0,25	-0,25	-0,25	= (1)	54		
Resultado nominal (% do PIB)	-8,70	-8,70	-8,70	= (1)	56	-8,80	30	-8,10	-8,20	-8,20	= (3)	55	-8,50	30	-7,65	-7,70	-7,70	= (1)	48		

Relatório Focus de 31.07.2026. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

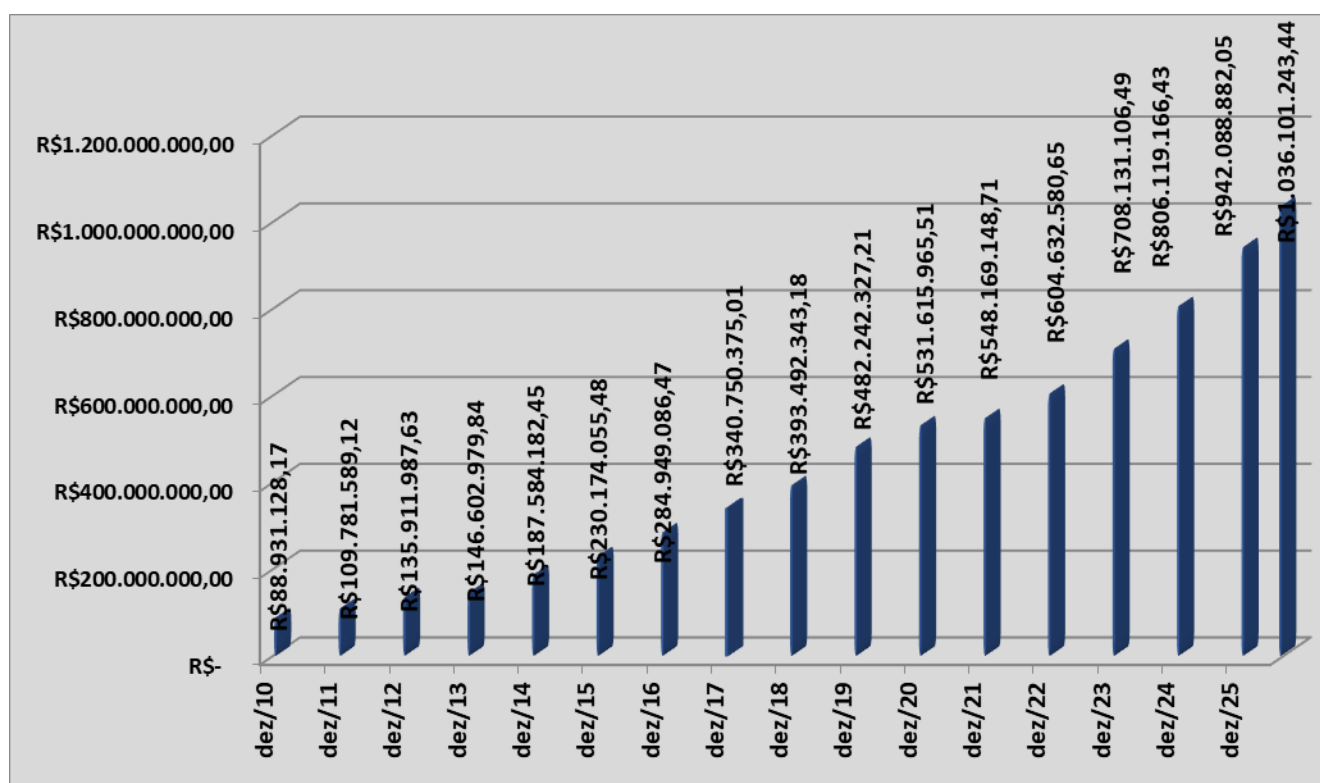
4. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos do CaraguáPrev encerrou o mês com o patrimônio total de **R\$ 1.036.101.243,44** (um bilhão, trinta e seis milhões, cento e um mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos).



É composta por ativos que estão vinculados ao seu respectivo Plano Previdenciário, também compõe a carteira de investimentos os recursos oriundos da taxa de administração, que são utilizados na manutenção dos serviços e pagamento de pessoal da autarquia. O Plano Previdenciário possui meta atuarial estabelecida, sendo este um fundo previdenciário em regime de capitalização dos recursos, este relatório dará enfoque aos ativos a ele vinculados.

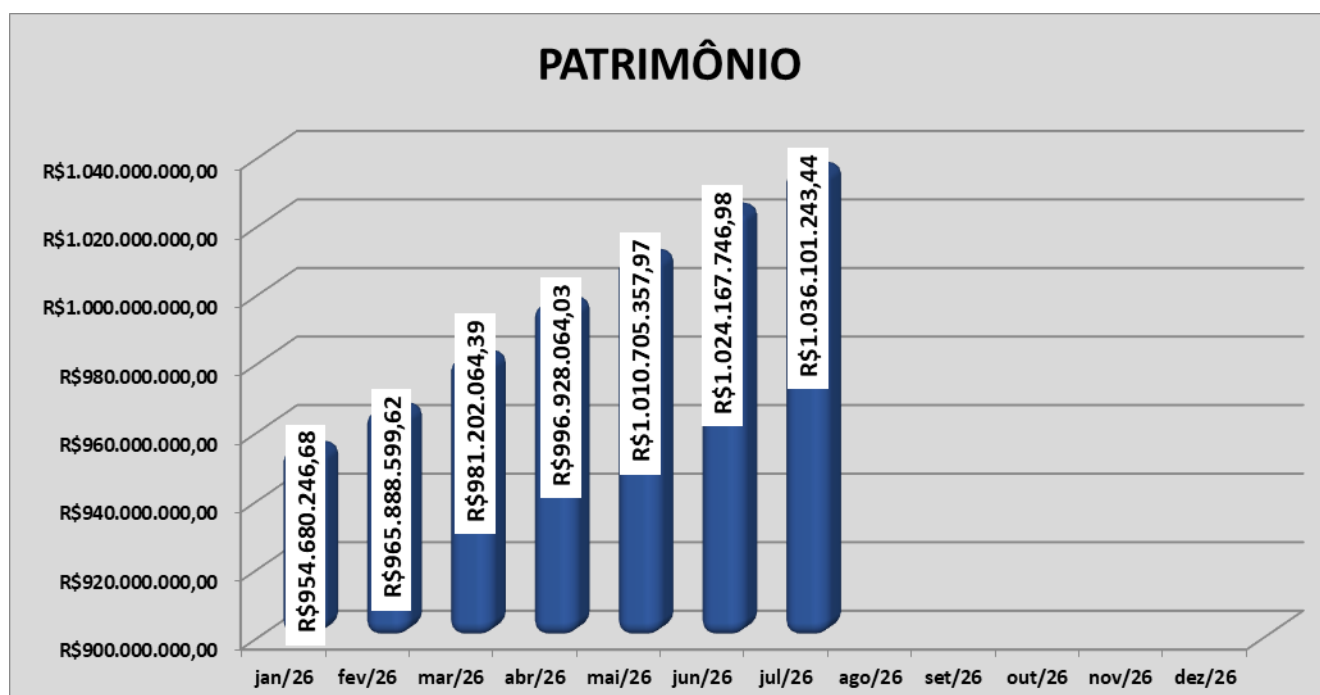
Evolução Patrimonial da Carteira de Investimentos (R\$ mil)



ANO	PATRIMÔNIO
dez/01	R\$ 2.332.587,11
dez/02	R\$ 6.251.543,12
dez/03	R\$ 11.583.959,19
dez/04	R\$ 15.612.385,27
dez/05	R\$ 23.150.759,30
dez/06	R\$ 33.449.995,07
dez/07	R\$ 43.229.470,44
dez/08	R\$ 54.472.562,31
dez/09	R\$ 68.086.783,86
dez/10	R\$ 88.931.128,17
dez/11	R\$ 109.781.589,12
dez/12	R\$ 135.911.987,63
dez/13	R\$ 146.602.979,84
dez/14	R\$ 187.584.182,45



dez/15	R\$ 230.174.055,48
dez/16	R\$ 284.949.086,47
dez/17	R\$ 340.750.375,01
dez/18	R\$ 393.492.343,18
dez/19	R\$ 482.242.327,21
dez/20	R\$ 531.615.965,51
dez/21	R\$ 548.169.148,71
dez/22	R\$ 604.546.473,82
dez/23	R\$ 708.131.106,49
dez/24	R\$ 806.119.166,43
dez/25	R\$ 942.088.882,05
Julho/26	R\$1.036.101.243,44



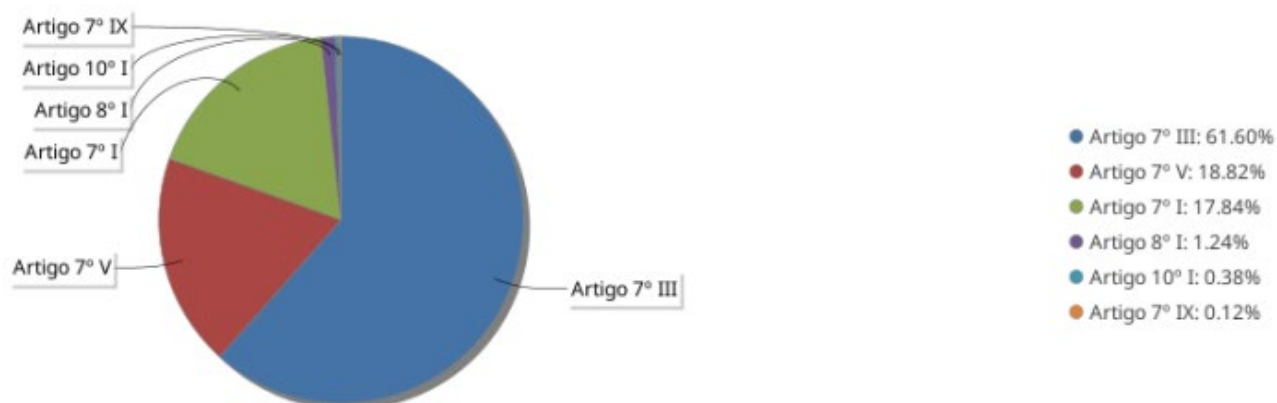
Mês 2026	PATRIMÔNIO
jan/26	R\$ 954.680.246,68
fev/26	R\$ 965.888.599,62
Março/26	R\$ 981.202.064,39
Abril/26	R\$ 996.928.064,03
Maio/26	R\$ 1.010.705.357,97
Junho/26	R\$ 1.024.167.746,98
jul/26	R\$ 1.036.101.243,44

4.1 ESTUDO ALM

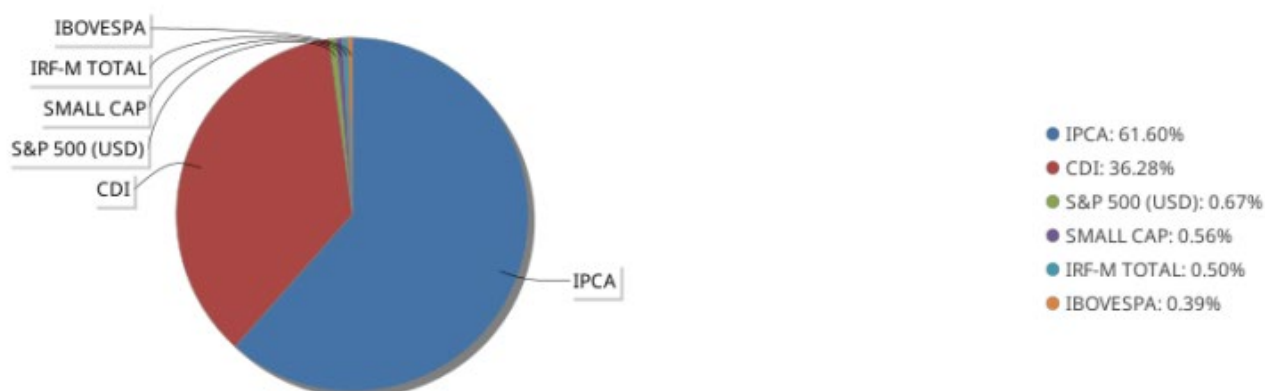


O estudo de Asset Liability Management (ALM) foi realizado na data de 29/08/2025, onde foram estudados os patamares de riscos x retorno (fronteira eficiente Markowitz).

4.2 Alocação por Artigo – Resolução CMN.



4.3 Alocação por Estratégia



4.4 Conceitos de Classes de Ativos, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 5.272/2025.

PRO GESTÃO NÍVEL IV

“Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, ou cotas de classes de ETF, negociáveis em bolsa de valores, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos;



II - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica, na forma do § 2º, incisos I e II;

III - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic, adquiridos, na forma do § 2º, inciso III, por intermediação de instituição financeira que atenda aos requisitos previstos no art. 21, § 2º, inciso I;

IV - até 5% (cinco por cento) diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic;

V - até 80% (oitenta por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado";

VI - até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

VII - até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado", constituídas em regime aberto;

VIII - até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento de que trata o art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, ou cujo patrimônio líquido seja representado por debêntures de infraestrutura previstas na Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024; e

IX - até 20% (vinte por cento) em cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC.

§ 1º A aplicação de recursos nos ativos de que trata este artigo observará os níveis de aderência do RPPS ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º, considerados os seguintes critérios de aplicação:

I - ativos de que tratam os incisos I e II do caput são acessíveis a todos os RPPSs, inclusive aqueles que não comprovarem nível de aderência;

II - ativos de que tratam os incisos III e IV do caput são exclusivos para RPPS com nível I ou superior de aderência;

III - ativos de que tratam os incisos V e VI do caput são exclusivos para RPPS com nível II ou superior de aderência;

IV - ativos de que tratam os incisos VII e VIII do caput são exclusivos para RPPS com nível III ou superior de aderência; e

V - ativos de que trata o inciso IX do caput são exclusivos para RPPS com nível IV de aderência.

Art. 8º No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se ao limite global de até 50%(cinquenta por cento) e adicionalmente aos seguintes limites:

I - até 40% (quarenta por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Ações", constituídas em regime aberto;

II - até 40% (quarenta por cento) em cotas de classes de ETF de ações, negociáveis em bolsa de valores;

III - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de fundos de investimento cujo patrimônio líquido seja composto por 67%(sessenta e sete por cento) ou mais de Brazilian Depositary Receipts – BDR -Ações ou de BDR-ETF de ações, constituídas em regime aberto; e

IV - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de ETF internacional, admitido à negociação



em bolsa de valores no Brasil, observado o disposto na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 9º No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se ao limite global de até 10% (dez por cento):

I - em cotas de classes de fundos de investimento e cotas de classe de investimento em cotas de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa - Dívida Externa";

II - em cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil em regime aberto, destinados a investidores qualificados, cujos regulamentos permitam investir mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior; e

III - em cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil em regime aberto, destinados a investidores em geral, cujos regulamentos permitam investir mais de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

Art. 10. No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do RPPS subordinam-se ao limite global de até 20% (vinte por cento) e adicionalmente aos seguintes limites:

I - até 15% (quinze por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Multimercado", constituída sem regime aberto;

II - até 5% (cinco por cento) em cotas de classes de Fiagro, observado o disposto no art. 11, § 2º, inciso II;

III - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de FIP, constituídas em regime fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a proporção já investida nessas classes; e

IV - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Ações - Mercado de Acesso", constituídas em regime aberto.

Art. 11. No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do RPPS sujeitam-se ao limite de até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento imobiliários – FII negociadas nos pregões de bolsa de valores.

§ 1º A aplicação de recursos no ativo de que trata este artigo é exclusiva para os RPPSs que comprovarem nível III ou superior de aderência ao programa de certificação institucional, previsto no art. 6º, § 3º.

§ 2º As aplicações do RPPS em cotas de classes de fundos imobiliários, diretamente ou indiretamente, subordinam-se a:

I - que os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras das classes dos fundos de investimento de que trata o caput deverão observar o disposto no art. 7º, § 5º, e no art. 8º, § 2º; e

II - que a aquisição em oferta primária seja condicionada à previsão em seu regulamento de que suas cotas serão disponibilizadas para negociação em bolsa de valores após a oferta pública inicial.

Art. 12. No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos recursos do RPPS subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do art. 6º, caput:

I - até 5% (cinco por cento), para os RPPSs sem aderência ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º; e



II - até 10% (dez por cento), para os RPPSs que comprovarem nível I ou superior de aderência ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º.”

5. RENTABILIDADE DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2026	1,12	0,91	1,26	1,27	1,03	1,04	0,87						7,73
IPCA + 5,68%	0,79	1,10	1,37	1,11	1,02	0,62	0,58						6,78
p.p. indexador	0,33	-0,19	-0,11	0,16	0,01	0,41	0,29						0,95
2025	1,15	0,92	1,26	1,22	1,10	0,85	0,94	0,89	0,99	1,03	0,87	0,96	12,90
IPCA + 5,25%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,69	0,65	0,73	0,32	0,93	0,56	0,57	0,78	9,74
p.p. indexador	0,54	-0,80	0,31	0,39	0,42	0,20	0,21	0,57	0,06	0,48	0,31	0,18	3,16
2024	0,63	1,12	0,91	0,24	0,89	1,26	1,00	0,72	0,57	0,83	0,67	0,61	9,85
IPCA + 5,02%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,12
p.p. indexador	-0,22	-0,08	0,36	-0,57	0,02	0,65	0,17	0,31	-0,28	-0,18	-0,09	-0,32	-0,26
2023	1,75	-0,11	0,96	0,97	1,66	1,53	0,99	0,35	0,50	0,40	1,81	1,45	12,95
IPCA + 5,03%	0,96	1,19	1,16	0,96	0,66	0,33	0,53	0,68	0,65	0,65	0,67	0,95	9,82
p.p. indexador	0,79	-1,30	-0,20	0,00	1,00	1,20	0,46	-0,33	-0,15	-0,25	1,14	0,50	3,13
2022	-0,53	-0,27	2,35	-1,70	1,01	-1,73	2,27	0,51	-0,83	2,08	0,78	-0,10	3,79
IPCA + 4,99%	0,95	1,38	2,05	1,43	0,90	1,08	-0,28	0,08	0,12	0,98	0,80	1,05	11,04
p.p. indexador	-1,48	-1,65	0,30	-3,13	0,11	-2,81	2,54	0,42	-0,95	1,10	-0,02	-1,15	-7,25
2021	-0,94	-1,45	0,38	1,02	1,49	0,37	-0,80	-0,98	-1,64	-1,55	1,37	1,32	-1,47
IPCA + 5,46%	0,67	1,24	1,42	0,73	1,28	0,98	1,43	1,34	1,61	1,68	1,38	1,22	16,05
p.p. indexador	-1,61	-2,69	-1,04	0,29	0,21	-0,60	-2,23	-2,32	-3,25	-3,23	0,00	0,10	-17,51
2020	0,26	-1,20	-8,82	2,26	2,04	2,60	3,94	-1,32	-1,68	-0,06	3,29	4,43	5,12
IPCA + 5,89%	0,71	0,66	0,57	0,14	0,07	0,74	0,89	0,72	1,12	1,34	1,35	1,86	10,65
p.p. indexador	-0,45	-1,86	-9,40	2,11	1,97	1,86	3,06	-2,04	-2,80	-1,40	1,94	2,58	-5,52
2019	1,51	0,37	0,41	0,94	1,99	2,58	1,16	0,11	1,85	2,11	-0,78	2,17	15,34
IPCA + 6,00%	0,83	0,90	1,19	1,06	0,64	0,45	0,72	0,62	0,45	0,63	0,98	1,64	10,59
p.p. indexador	0,68	-0,53	-0,78	-0,12	1,35	2,13	0,44	-0,51	1,40	1,47	-1,75	0,52	4,75

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)	Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
Meses acima - Meta Atuarial	49	53,85	03 meses	2,96	2,24	0,73	0,34
Meses abaixo - Meta Atuarial	42	46,15	06 meses	6,54	5,94	0,60	0,43
			12 meses	12,94	10,18	2,76	0,38
			24 meses	25,81	21,89	3,92	0,63
Maior rentabilidade da Carteira	4,43	2020-12	36 meses	39,74	33,75	5,99	0,90
Menor rentabilidade da Carteira	-8,82	2020-03	48 meses	54,61	46,03	8,58	1,77
			60 meses	54,27	69,04	-14,78	3,14

Em julho de 2026, a carteira de investimentos do plano previdenciário registrou rentabilidade de 0,87%, superando a meta atuarial do período, estabelecida em 0,58%. No acumulado do ano, a rentabilidade alcançou 7,73%, também acima da meta atuarial de 6,78%, resultando em um ganho de



0,95% ponto percentual em relação ao índice de referência.

No horizonte de longo prazo, o desempenho do plano permaneceu consistente. A rentabilidade acumulada nos últimos 12 meses foi de 12,94%, enquanto os retornos acumulados em 24 meses, 36 meses e 48 meses, atingiram 25,98%, 39,90% e 54,61% respectivamente, todos superiores às respectivas metas atuariais dos períodos.

A meta atuarial do plano previdenciário para o exercício de 2026, definida com base na avaliação atuarial anual, corresponde a IPCA + 5,68% ao ano.

6. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS

6.1 FUNDOS DE RENDA FIXA E TÍTULOS PÚBLICOS.

RENDA FIXA	98,38%
-------------------	---------------

Artigo 7º I (Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FIF RESP LIMITADA	0,49	0,06	1,17	2,27	29.475.196,40	2,84	5.341.804.603,15	0,55
BB	BB	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,02	0,05	1,21	8,13	54.145.039,12	5,23	43.656.017.675,44	0,12
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA	3,77	0,11	0,84	3,28	5.164.138,25	0,50	1.657.179.784,97	0,31
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,03	0,05	1,21	6,21	19.038.384,51	1,84	13.922.233.098,71	0,14
ITAU	ITAU	ITAU INSTITUCIONAL JANEIRO RENDA FIXA LP FIF CIC RESP LIMITADA	1,43	0,09	1,14	7,11	5.457.192,89	0,53	1.838.000.211,35	0,30
ITAU	ITAU	ITAU SOBERANO RENDA FIXA SIMPLES FIF CIC RESP LIMITADA	0,02	0,05	1,21	2,27	56.573.512,48	5,46	48.448.194.581,42	0,12
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM RF REF DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,03	0,05	1,20	8,11	14.935.638,49	1,44	10.407.965.473,82	0,14
Sub-total Artigo 7º I			0,25	0,06	1,19	7,85	184.789.102,14	17,84		

Artigo 7º III (Títulos do Tesouro Nacional)

Emissor	Título Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira
			Dia	Mês	Ano		
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150826 (Curva) ⁽¹⁾	0,39	0,03	0,69	8,01	96.176.069,20	9,28
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150527 (Curva) ⁽¹⁾	0,39	0,03	0,70	8,04	77.102.069,45	7,44
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150828 (Curva) ⁽¹⁾	0,39	0,03	0,66	7,78	89.212.382,21	8,61
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (Curva) ⁽¹⁾	0,39	0,03	0,62	7,50	23.134.523,97	2,23
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150832 (Curva) ⁽¹⁾	0,39	0,03	0,56	7,12	45.349.626,89	4,38



TESOURO NACIONAL	NTN-B 150533 (Curva) ⁽¹⁾	0,39	0,03	0,70	8,08	21.060.807,83	2,03
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (Curva) ⁽¹⁾	0,39	0,02	0,53	6,90	41.990.221,42	4,05
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150840 (Curva) ⁽¹⁾	0,39	0,03	0,58	7,26	41.096.461,27	3,97
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150545 (Curva) ⁽¹⁾	0,39	0,02	0,53	6,92	61.740.673,13	5,96
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150850 (Curva) ⁽¹⁾	0,40	0,02	0,56	7,08	117.153.594,10	11,31
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150555 (Curva) ⁽¹⁾	0,40	0,01	0,54	6,98	24.215.602,76	2,34
Sub-total Artigo 7º III		0,39	0,03	0,61	7,46	638.232.032,23	61,60

Artigo 7º V (Fundos ou ETFs de Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB RENDA FIXA LONGO PRAZO CORPORATE BANCOS FIC FIF RESP LIMITADA	0,03	0,05	1,24	2,32	80.928.186,78	7,81	41.369.119.265,09	0,20
BRABESCO	BRABESCO	BRABESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM RESP LIMITADA	0,04	0,06	1,26	8,23	3.472.658,83	0,34	30.586.335.455,30	0,01
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIC CLASSE DE FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,05	0,05	1,22	8,20	51.426.284,93	4,96	22.581.816.095,42	0,23
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,10	0,05	1,23	8,15	34.163.883,27	3,30	8.858.599.964,92	0,39
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC CLASSE DE FIF RENDA FIXA REF DI LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,05	0,05	1,22	6,39	10.908.170,92	1,05	13.961.449.983,37	0,08
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,03	0,06	1,24	8,19	14.145.835,63	1,37	4.558.392.515,03	0,31
Sub-total Artigo 7º V			0,04	0,05	1,23	8,19	195.045.020,36	18,82		

Artigo 7º IX (FIDC Cota Sênior)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
VILA RICA	BRL DTVM	FIDC ITALIA SENIOR *	37,36	0,00	44,94	47,31	1.199.715,68	0,12	36.007.020,25	3,33
Sub-total Artigo 7º IX			37,36	0,00	44,94	47,31	1.199.715,68	0,12		
Renda Fixa			0,26	0,04	0,88	7,73	1.019.265.870,41	98,38		

Os investimentos em Renda Fixa que compõem a carteira do CaraguáPrev são compostos por Títulos Públicos Federais – art. 7º, III, Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos - ART. 7º, I, Fundos ou ETFs de Renda Fixa – ART. 7º, V e Cota Sênior de FIDC, ART. 7º, IX, representam 98,38% da Carteira de Investimentos. (Resolução CMN n.º 5.272/25).



No mês avaliado a rentabilidade dos fundos de Investimento em Renda Fixa foi de 0,88%, acima da meta atuarial do mês que foi de 0,58%

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:

- a) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 61,60% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês. A estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” visando superar a meta atuarial e contribuir para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial;
- b) Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos que representam 17,84% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com manutenção ou alocação no segmento diante do cenário econômico;
- c) Fundos ou ETFs de Renda Fixa que representam 18,82% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável, sendo um investimento atrativo, com pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial;
- d) FIDC Cota Sênior que representa 0,12% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual.

6.2 FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL – AÇÕES



REDA VARIÁVEL

1,24%

Artigo 8º I (Fundos de Ações)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIF RESP LIMITADA	12,24	0,40	0,17	-0,69	2.979.409,46	0,29	1.871.100.161,29	0,16
BRADESCO	BEM	BRADESCO FIF CLASSE DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MID SMALL CAPS RESP LIMITADA	18,94	0,53	-1,26	-2,23	5.848.301,59	0,56	202.948.730,68	2,88
BRADESCO	BEM	BRADESCO SELECTION FIF CIC AÇÕES RESP LIMITADA	18,31	0,45	2,40	3,55	3.310.661,35	0,32	210.027.110,75	1,58
ITAU	ITAU	ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 II FIF CIC RESPONSABILIDADE LIMITADA	19,30	0,29	0,28	7,03	756.642,74	0,07	54.357.508,35	1,39
Sub-total Artigo 8º I			18,15	0,46	0,08	2,66	12.895.015,14	1,24		
Renda Variável			18,15	0,46	0,08	2,66	12.895.015,14	1,24		

Os Fundos de renda variável - AÇÕES que compõem a carteira do CaraguaPrev são compostos por FUNDOS DE AÇÕES - ART. 8º, I e representa 1,24% da Carteira de Investimentos. (Resolução CMN n.º 5.272/25).

No mês avaliado a rentabilidade dos fundos de Investimento em Renda Variável foi de 0,08%, abaixo da meta atuarial do mês, enquanto que no ano a performance desses fundos é de 2,66%.

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:

- e) Fundos de Ações que representam 1,24% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial do ano, diante do cenário econômico a renda variável ainda apresentará volatilidade, com aprovação de manutenção.

6.3 FUNDOS ESTRUTURADOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

0,38%

Artigo 10º I (Fundos Multimercados)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	12,63	0,68	0,68	14,04	3.940.357,89	0,38	2.384.184.052,58	0,17
Sub-total Artigo 10º I			12,63	0,68	0,68	14,04	3.940.357,89	0,38		
Investimentos Estruturados			12,63	0,68	0,68	14,04	3.940.357,89	0,38		



O Investimento Estruturado, Fundo Multimercado - ART. 10, I, que compõem a carteira do Caraguaprev representa 0,38% da Carteira de Investimentos. (*Resolução CMN n.º 5.272/25*).

No mês avaliado a rentabilidade dos Investimentos Estruturados é de 0,68%, ficando acima da meta atuarial do mês, enquanto que no ano a performance desses fundos é de 14,04%.

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:

- f) Fundos de Investimento Estruturados representam 0,38% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e no ano, com manutenção da posição atual e aumento gradativo caso o cenário exterior se mostre favorável.

7 PERSPECTIVAS

Renda Fixa: Em agosto de 2026, a renda fixa brasileira continua altamente atrativa, sobretudo porque o ambiente ainda combina juros nominais elevados, inflação acima da meta e elevada remuneração real. O Banco Central informou em agosto que as expectativas de inflação permanecem acima da meta — 5,0% para 2026 e 4,2% para 2027 — mantendo um cenário que favorece a manutenção de uma política monetária restritiva. Nesse contexto, os segmentos mais interessantes são títulos pós-fixados atrelados ao CDI/Selic, pela excelente relação entre rentabilidade e baixo risco, e títulos indexados ao IPCA, especialmente para horizontes mais longos, pois permitem travar juros reais elevados e proteger o poder de compra. Para investidores institucionais, como RPPS, também merece atenção o crédito privado de emissores de elevada qualidade, principalmente quando oferece spreads atrativos sobre CDI ou IPCA. Já os prefixados podem apresentar oportunidade interessante caso haja queda futura da Selic, mas envolvem maior risco de marcação a mercado e exigem maior seletividade.

Renda Variável: Em agosto de 2026, a renda variável brasileira continua apresentando uma perspectiva interessante de longo prazo, mas deixou de ser um mercado para exposição indiscriminada. A forte correção recente do Ibovespa — com dez pregões consecutivos de queda e saída expressiva de capital estrangeiro — voltou a deixar as ações brasileiras em níveis de valuation relativamente descontados. Ao mesmo tempo, a Selic ainda elevada e o cenário fiscal e eleitoral mantêm a renda fixa



como concorrente muito forte e aumentam a volatilidade da Bolsa. Para um investidor institucional/RPPS, a estratégia de aumento moderado e gradual da renda variável, aproveitando eventuais quedas, em vez de uma elevação brusca da exposição seria a mais adequada. O principal gatilho positivo para a Bolsa seria a combinação de queda da Selic, melhora fiscal e redução do risco político, enquanto a retomada do fluxo estrangeiro poderia acelerar uma eventual reprecificação dos ativos.

Investimentos Estruturados e Exterior: Em agosto de 2026, os investimentos estruturados e no exterior continuam atrativos, mas devem ser utilizados principalmente como instrumentos de diversificação e desconexão, e não como substitutos da renda fixa doméstica. No cenário atual, a combinação de juros brasileiros ainda elevados, incertezas fiscais e eleitorais e volatilidade geopolítica recomenda uma postura seletiva. No exterior, a exposição ao dólar e a ativos globais continua importante para reduzir a concentração do portfólio no risco Brasil; além disso, a possibilidade de mudanças na política monetária americana e a desaceleração econômica global podem criar oportunidades de entrada. Nos investimentos estruturados, os segmentos mais interessantes são multimercados de baixa correlação com os mercados tradicionais, estratégias de private equity/FIP, especialmente aquelas voltadas a infraestrutura, energia e empresas maduras, e fundos de ações de mercado de acesso, desde que haja governança, liquidez e histórico de gestão adequados. Para o exterior, destacaria fundos globais diversificados, S&P 500/Nasdaq, mercados desenvolvidos e estratégias de renda fixa internacional, além de uma exposição cambial que funcione como proteção em momentos de estresse no mercado brasileiro. Para um RPPS, a diversificação internacional ganha relevância justamente porque reduz a dependência do ciclo econômico e político doméstico

8 GERENCIAMENTO DE RISCOS - INDICADORES DE DESEMPENHO E RISCO

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0%						Value-At-Risk (R\$): 2.786.447,32	Value-At-Risk: 0,27%	
	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	Limite ⁽⁵⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
Artigo 7º	0,37	0,25	5,00	0,22	-5,75	12,59	1.019.265.870,41	98,38
Artigo 8º	18,15	8,15	20,00	0,04	0,44	22,69	12.895.015,14	1,24
Artigo 10º	12,63	6,27	20,00	0,01	1,11	28,68	3.940.357,89	0,38
CARAGUATATUBA	0,38	0,27		0,27	-4,71	12,94	1.036.101.243,44	100,00

Conforme demonstrado acima representa a volatilidade da carteira para uma média móvel dos últimos 21 dias.



8.1 Índice de Sharpe

O Índice de Sharpe é um indicador que leva em consideração a relação entre duas variáveis de grande importância nos investimentos: Risco e Retorno. Esse índice mostra a eficiência do gestor de um fundo de investimento, por exemplo, ao apresentar o quanto de risco a mais ele precisa se expor para obter mais rendimento. Ao ser necessário assumir mais risco para alcançar um mesmo rendimento de um investimento menos arriscado, admite-se que a eficiência nesse caso está comprometida.

8.2 VaR

O VaR, ou Value at Risk, é um indicador de risco que estima a perda potencial máxima de um investimento para um período de tempo, com um determinado intervalo de confiança. Ou seja, através de um cálculo estatístico, o VaR mostra a exposição ao risco financeiro que um ou mais ativos possuem em determinado dia, semana ou mês.

8.3 Volatilidade

A volatilidade é uma medida estática que mede o risco de um ativo, de acordo com a intensidade e frequência de sua oscilação de preço em um determinado período. Por meio dela, é possível entender o histórico de um ativo, qual a probabilidade de ele subir ou cair, de acordo com o período preestabelecido, e qual será a estimativa de oscilação do seu preço no futuro. Se o preço de um ativo for muito volátil, por exemplo, é sinal de que sua cotação, em relação às flutuações do mercado, oscila muito, tornando sua compra arriscada, mas, por outro lado, proporciona maior possibilidade de lucro no curtíssimo prazo.

9 TABELA DE LIQUIDEZ

CARAGUATATUBA

31/07/2026

ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	493.288.637,67	47,61	493.288.637,67	47,61	5,00
de 31 dias a 365 dias	77.858.712,19	7,51	571.147.349,86	55,12	10,00
acima de 365 dias	464.953.893,58	44,88	1.036.101.243,44	100,00	100,00



Liquidez, em contabilidade, corresponde à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa. A liquidez possui duas dimensões: facilidade de conversão versus perda de valor. Qualquer ativo pode ser convertido em caixa rapidamente, desde que se reduza suficientemente o preço.

A tabela de liquidez mostra a relação entre o percentual da carteira e o seu respectivo nível de liquidez. Neste caso, 47,61% da carteira de investimentos do CaraguaPrev possui liquidez de até 30 dias, que podem ser resgatados e monetizados dentro desse período de tempo

10 RENTABILIDADE POR ARTIGO

CARAGUATATUBA31/07/2026

RENTABILIDADES POR ARTIGO

Resultado TC

Dados

Gráficos

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	Atribuição Desemp. (%)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I	1,19	7,85	3,36	6,61	14,37	2.162.210,63	0,21	7.998.576,28
% do CDI	97,86	96,42	97,49	95,84	97,66			
Artigo 7º III	0,61	7,46	2,77	6,55	11,37	3.879.667,03	0,38	44.783.533,31
% do CDI	50,33	91,61	80,44	94,89	77,30			
Artigo 7º V	1,23	8,19	3,51	6,91	14,74	2.384.386,82	0,23	19.160.311,79
% do CDI	101,20	100,56	101,72	100,21	100,21			
Artigo 7º IX	44,94	47,31	45,80	47,45	38,66	431.397,60	0,04	446.811,76
% do CDI	3.698,43	580,87	1.328,23	687,73	262,77			
Artigo 8º I	0,08	2,66	-7,18	-6,06	22,69	10.289,31	0,00	784.479,93
Var. IBOVESPA p.p.	-3,39	-7,81	-2,20	-4,20	-11,07			
Artigo 10º I	0,68	14,04	6,02	12,55	28,68	26.652,74	0,00	485.090,52
% do CDI	56,04	172,37	174,47	181,95	194,88			
Artigo 7º	0,88	7,73	3,07	6,70	12,64	8.857.662,08	0,86	72.389.233,14
Artigo 8º	0,08	2,66	-7,18	-6,06	22,69	10.289,31	0,00	784.479,93
Artigo 10º	0,68	14,04	6,02	12,55	28,68	26.652,74	0,00	485.090,52
CARAGUATATUBA (Total)						8.894.604,13	0,87	73.658.803,59



➤ “Resultado positivo de R\$8.894.604,13”.

A carteira de investimentos do CaraguaPrev apresentou, em julho de 2026, rentabilidade positiva de 0,87%, resultando em ganho financeiro de R\$ 8.894.604,13 (oito milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quatro reais e treze centavos).

No acumulado do exercício, a rentabilidade atingiu 7,73%, superando a meta atuarial em 0,95% pontos percentuais.

CARAGUATATUBA

31/07/2026

ALOCÇÃO POR SEGMENTO

Segmento	Jul/26	Jun/26	Mai/26	Abr/26	Mar/26	Fev/26	Jan/26	Dez/25	Nov/25	Out/25	Set/25	Ago/25
Renda Fixa	98,38	98,36	98,62	98,56	98,55	97,64	97,67	97,82	97,58	97,68	97,91	97,95
Renda Variável	1,24	1,26	0,99	1,07	1,11	2,00	1,96	1,82	2,05	1,95	1,95	1,91
Investimentos Estruturados	0,38	0,38	0,39	0,37	0,34	0,36	0,37	0,37	0,36	0,37	0,14	0,14

RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento	Jul/26	Jun/26	Mai/26	Abr/26	Mar/26	Fev/26	Jan/26	Dez/25	Nov/25	Out/25	Set/25	Ago/25
Renda Fixa	0,88	1,07	1,10	1,26	1,35	0,86	0,97	0,97	0,76	1,02	0,95	0,77
Renda Variável	0,08	-0,77	-6,53	-1,48	-0,49	3,23	9,28	0,25	6,47	1,48	3,01	7,11
Investimentos Estruturados	0,68	-0,48	5,81	11,28	-4,37	-0,23	1,32	1,93	0,32	3,11	4,31	2,59

11 MOVIMENTAÇÕES DO MÊS

APR – AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RESGATE

N.º	Data	Origem	Destino	Valor	Motivo
501	01/07/2026	Repasse das contribuições previdenciárias da CAMARA, referente ao mês 06/2026, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 124.274,85	APLICAÇÃO



502	03/07/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da CAMARA 07/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ: 11.046.645/0001-81	R\$ 47.632,40	APLICAÇÃO
503	06/07/2026	Restituição Benefício Previdenciário de Pensionista do Caraguaprev, Banco Itaú, Ag 0248 C/C 04042-0	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 400,00	APLICAÇÃO
504	07/07/2026	Repasse da compensação previdenciária – ENTRE RPPS DE SÃO SEBASTIÃO/SP (05/26), Banco do Brasil	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 5,42	APLICAÇÃO
505	07/07/2026	Repasse da compensação previdenciária – COMPREV 05/2026, Banco do Brasil	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 382.507,47	APLICAÇÃO
506	07/07/2026	Repasse da compensação previdenciária – ENTRE RPPS FUNDO PREVIDENCIARIO - FUNPREV 05/2026, Banco do Brasil	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 651,02	APLICAÇÃO
507	07/07/2026	Repasse das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Prefeitura de São Sebastião, referente ao mês 06/2026	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 18.329,54	APLICAÇÃO
508	07/07/2026	Repasse de Contribuição servidor e patronal de funcionário afastado sem remuneração proc. Adm. 123/2026 - 06/2026	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 1.783,88	APLICAÇÃO
509	07/07/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 93.000,00	RESGATE
510	08/07/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas Previdenciárias - RPV	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 21.542,39	RESGATE
511	13/07/2026	Repasse das contribuições previdenciárias da FUNDACC referente ao mês 06/26, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 74.375,32	APLICAÇÃO
512	15/07/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da FUNDACC 07/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 8.956,05	APLICAÇÃO
513	15/07/2026	Aplicação da Amortização do FIDC MULTISSETORIAL ITALIA	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 191.538,76	APLICAÇÃO
514	16/07/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial do CARAGUAPREV 07/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 8.542,40	APLICAÇÃO
515	16/07/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 25.000,00	RESGATE



516	20/07/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da Prefeitura 07/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 1.224.710,62	APLICAÇÃO
517	20/07/2026	Transferência do valor da Taxa de administração correspondente ao mês 07/2026, CEF, Ag 0797	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 977.947,51	APLICAÇÃO
518	20/07/2026	Repasse das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Prefeitura de São Sebastião, referente ao mês 06/2026	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 2.312,96	APLICAÇÃO
519	20/07/2026	Repasse das contribuições previdenciárias da Prefeitura Municipal referente ao mês 06/26, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 6.471.112,33	APLICAÇÃO
520	23/07/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 162.000,00	RESGATE
521	28/07/2026	Repasse das contribuições previdenciárias da CAMARA, referente ao mês 07/2026, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 123.465,14	APLICAÇÃO
522	29/07/2026	Repasse das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Câmara de São Sebastião, referente ao mês 07/2026.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 4.812,11	APLICAÇÃO
523	30/07/2026	Repasse das contribuições previdenciárias do CaraguaPrev, referente ao mês 07/2026	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 47.281,19	APLICAÇÃO
524	30/07/2026	Resgate para pagamento folha dos ativos 07/26 na CEF, Agência 0797, despesas administrativas.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 281.978,25	RESGATE
525	30/07/2026	Resgate p/ FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO CARAGUAPREV REF. 07/2026 na CEF, AG 0797.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 5.899.316,73	RESGATE
526	31/07/2026	Repasse das contribuições previdenciárias dos Aposentados e Pensionistas da Prefeitura e Câmara – ref. mês de 07/2026.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 2.629,49	APLICAÇÃO

Houve as Movimentações típicas no período avaliado, com despesas administrativas, despesas previdenciárias, repasse das contribuições sociais e aportes para cobertura do déficit.



12 EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A tabela abaixo descreve os limites de aplicação por artigo da Resolução CMN conforme aqueles autorizados pela política de investimentos do CaraguaPrev para o exercício corrente, que estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste CaraguaPrev, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

Ainda de acordo com os normativos, os investimentos do CaraguaPrev estão em aderência com a Política de Investimentos e de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional.

A Política Anual de Investimentos traz, em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e as necessidades atuariais do Instituto.

Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício da Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo e durante a sua vigência, os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 11 meses que se estende de fevereiro a dezembro de 2026.

O CaraguaPrev aplicou os seus recursos obedecendo os segmentos de alocação determinados na Política de investimentos, não há investimento diverso.

Portanto, a Política de Investimentos é um instrumento de balizamento e determinou os segmentos dos investimentos a serem alocados com os recursos do CaraguaPrev e os seus limites de alocação, limite mínimo, alocação objetivo e limite superior.



CARAGUATATUBA

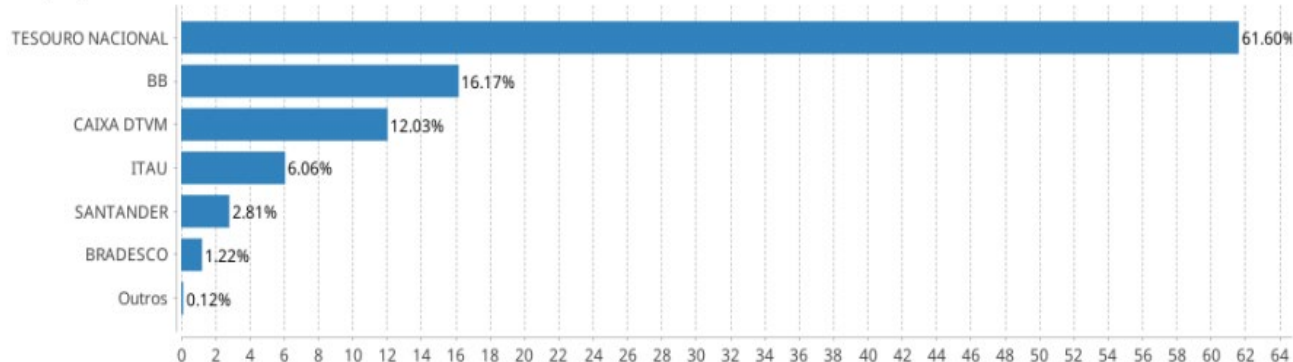
31/07/2026

ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA

				Política de Investimentos			Pró-Gestão Nível 4	
Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
Renda Fixa								
Artigo 7º I	Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos	184.789.102,14	17,84	0,00	9,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III	Títulos do Tesouro Nacional	638.232.032,23	61,60	0,00	56,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º V	Fundos ou ETFs de Renda Fixa	195.045.020,36	18,82	0,00	29,85	80,00	0,00	80,00
Artigo 7º IX	FIDC Cota Sênior	1.199.715,68	0,12	0,00	0,15	20,00	0,00	20,00
Total Renda Fixa		1.019.265.870,41	98,38	100,00				
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	12.895.015,14	1,24	0,00	1,50	40,00	0,00	40,00
Total Renda Variável		12.895.015,14	1,24	50,00				
Investimentos Estruturados								
Artigo 10º I	Fundos Multimercados	3.940.357,89	0,38	0,00	2,50	15,00	0,00	15,00
Total Investimentos Estruturados		3.940.357,89	0,38	20,00				
Total		1.036.101.243,44	100,00					

13 RELAÇÃO DE GESTORES DOS RECURSOS

Alocação por Gestor





Gestor	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Mês (R\$)
BB	163.883.926,20	1.673.005,38	0,00	0,00	167.527.831,76	1.970.900,18
BRADESCO	12.585.396,76	0,00	0,00	0,00	12.631.621,77	46.225,01
CAIXA DTVM	121.605.143,00	8.040.263,08	-6.482.837,37	0,00	124.641.219,77	1.478.651,06
ITAU	62.049.838,78	0,00	0,00	0,00	62.787.348,11	737.509,33
SANTANDER	28.731.220,20	0,00	0,00	0,00	29.081.474,12	350.253,92
TESOURO NACIONAL	634.352.365,20	0,00	0,00	0,00	638.232.032,23	3.879.667,03
VILA RICA	959.856,84	0,00	0,00	191.538,76	1.199.715,68	431.397,60

14 RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV.

Aplicações em Fundos de Investimentos e Títulos Públicos			
JULHO – 2026			
FUNDO	CNPJ	VALOR	% RECURSOS
BB RF DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LP	11.046.645/0001-80	28.678.592,18	2,7679
BB RF DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LP (APORTES 37299-4)	11.046.645/0001-81	25.466.446,94	2,4579
BB PREV. ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL	35.292.588/0001-89	29.475.196,40	2,8448
CAIXA BRASIL IRF-M TP	14.508.605/0001-00	5.164.138,25	0,4984
CAIXA FI TOPÁZIO CORPORATIVO RF REF DI LP	11.061.230/0001-87	19.038.384,51	1,8375
FIDC FECHADO MULTISSETORIAL ITALIA	13.990.000/0001-28	1.199.715,68	0,1158
CAIXA TOP PRIVATE FIF - (1000-0)	19.769.018/0001-80	7.600.137,68	0,7335
CAIXA TOP PRIVATE FIF - (9999-9)	19.769.018/0001-80	3.308.033,24	0,3193
CEF FI BRASIL REF DI LP 9999-0 (TX ADMINISTRATIVA)	03.737.206/0001-97	23.055.244,10	2,2252
CEF FI BRASIL REF DI LP 1000-0	03.737.206/0001-97	28.371.040,83	2,7382
CAIXA FI BRASIL MATRIZ RF	23.215.008/0001-70	34.163.883,27	3,2973
SANTANDER DI INSTITUCIONAL PREMIUM	02.224.354/0001-45	14.145.835,63	1,4415
BRADESCO INSTITUCIONAL DI PREMIUM	03.399.411/0001-90	3.472.658,83	0,3352
ITAU INSTIT JANEIRO RF	52.156.446/0001-03	5.457.192,89	0,5267
ITAU SOBERANO RF SIMPLES	06.175.696/0001-73	56.573.512,48	5,4602
BB RF CORPORATE BANCOS LP	18.060.364/0001-22	56.271.552,44	5,4311
BB RF CORPORATE BANCOS LP (APORTES 37299-4)	18.060.364/0001-22	24.656.634,34	2,3798
SANTANDER DI TITULOS PUBLICOS PREMIUM	09.577.447/0001-00	14.935.638,49	1,3653
BB AÇÕES BOLSA AMERICANA	36.178.569/0001-99	2.979.409,46	0,2876



ITAU ACOES MOMENTO 30 II FIC	42.318.981/0001-60	756.642,74	0,0730
BRADESCO FIA SELECTION	03.660.879/0001-96	3.310.661,35	0,3195
BRADESCO FIA SMALL CAP PLUS	06.988.623/0001-09	5.848.301,59	0,5645
CAIXA FI INDEXA BOLSA AMERICANA	30.036.235/0001-02	3.940.357,89	0,3803
Total em Bancos R\$		397.869.211,21	38,4006

TITULOS PUBLICOS FEDERAIS		VALOR INVESTIDO	% RECURSOS
NTN-B - 15/08/2026 (6,353%) - 3.661	2026	17.820.654,13	1,7200
NTN-B - 15/08/2026 (6,400%) - 4.666	2026	22.712.251,45	2,1921
NTN-B - 15/08/2026 (6,700%) - 4.657	2026	22.665.639,18	2,1876
NTN-B - 15/08/2026 (9,730%) - 6.784	2026	32.977.524,44	3,1828
NTN-B - 15/05/2027 (6,22%) - 2.293	2027	10.994.279,19	1,0611
NTN-B - 15/05/2027 (6,09%) - 1.228	2027	5.893.415,95	2,1537
NTN-B - 15/05/2027 (7,30%) - 4.690	2027	22.314.074,81	0,5688
NTN-B - 15/05/2027 (8,37%) - 3.424	2027	16.167.435,97	1,5604
NTN-B - 15/05/2027 (8,630%) - 4.611	2027	21.732.863,53	2,0976
NTN-B - 15/08/2028 (8,17%) - 3.540	2028	16.600.963,43	1,6023
NTN-B - 15/08/2028 (6,353%) - 3.678	2028	17.809.581,13	1,7189
NTN-B - 15/08/2028 (6,22%) - 4.623	2028	22.438.007,05	2,1656
NTN-B - 15/08/2028 (7,03%) - 2.342	2028	11.205.960,17	1,0816
NTN-B - 15/08/2028 (8,29%) - 4.521	2028	21.157.870,43	2,0421
NTN-B - 15/05/2030 (7,93%) - 2.304	2030	10.548.540,77	1,0181
NTN-B - 15/05/2030 (5,708%) - 2.555	2030	12.585.983,20	1,2147
NTN-B - 15/08/2032 (6,07%) - 9.326 APORTES EQUAC DEFICIT	2032	45.349.626,89	4,3769
NTN-B - 15/05/2033 (7,73%) - 4.791	2033	21.060.807,83	2,0327
NTN-B - 15/05/2035 (5,56%) - 3.900	2035	19.314.647,47	1,8642
NTN-B - 15/05/2035 (5,821%) - 4.657	2035	22.675.573,95	2,1885
NTN-B - 15/08/2040 (7,23%) - 2.391	2040	10.494.300,03	1,0129
NTN-B - 15/08/2040 (5,65%) - 213	2040	1.073.679,66	0,1036
NTN-B - 15/08/2040 (5,77%) - 2.538	2040	12.656.308,02	1,2215
NTN-B - 15/08/2040 (6,19%) - 3.511	2040	16.872.173,56	1,6284
NTN-B - 15/05/2045 (5,781%) - 2.496	2045	12.318.043,07	1,1889
NTN-B - 15/05/2045 (5,76%) - 2.494	2045	12.336.276,61	1,1906
NTN-B - 15/05/2045 (5,71%) - 7.457	2045	37.086.353,45	3,5794
NTN-B - 15/08/2050 (5,916%) - 920	2050	4.546.436,48	0,4388
NTN-B - 15/08/2050 (5,780%) - 2.451	2050	12.313.605,20	1,1885
NTN-B - 15/08/2050 (5,922%) - 2.466	2050	12.177.611,86	1,1753
NTN-B - 15/08/2050 (5,713%) - 2.514	2050	12.733.750,69	1,2290
NTN-B - 15/08/2050 (5,815%) - 2.530	2050	12.656.509,73	1,2216
NTN-B - 15/08/2050 (5,9715%) - 4.754	2050	23.336.673,61	2,2524



NTN-B - 15/08/2050 (6,300%) - 8.340	2050	39.389.006,53	3,8017
NTN-B - 15/05/2055 (5,852%) - 2.420	2055	11.905.367,93	1,1491
NTN-B - 15/05/2055 (5,815%) - 2.490	2055	12.310.234,83	1,1881
Total Títulos Públicos		638.232.032,23	61,5994
Total Geral		1.036.101.243,44	100,0000

15 PRÓ GESTÃO – NÍVEL IV

O Instituto de Previdência do município de Caraguatatuba (CaraguaPrev) conquistou a certificação **Pró-Gestão RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) Nível IV** do Ministério da Previdência.

CERTIFICADO

O Instituto de Certificação Qualidade Brasil certifica que a empresa:

CARAGUAPREV - Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba - São Paulo

Endereço: **Avenida Prestes Maia, Nº302 - Centro - Caraguatatuba - SP - CEP 11660-400**
Representante Legal da Unidade: **Pedro Ivo de Sousa Tau**

Vinculado ao ente federativo do Município de Caraguatatuba
Representante do Ente Federativo: **José Pereira de Aguiar Júnior**

Implantou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 577/2017, obtendo a certificação institucional no

Nível IV

por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS 3.5, aprovado pela Portaria SRPC/MPS nº 79, de 15/01/2024, publicada no DOU do dia 17/01/2024, Seção 1, com vigência a partir do dia 17 de janeiro de 2024.

Validade do Certificado: 24/10/2027
Certificado Nº: CPG 147/2024



Goiânia, 01 de Novembro de 2024
Av. Araguaia, nº 1544, Ed. Albano Franco,
St. Leste Vila Nova - Goiânia - GO - CEP 74645-070



A certificação busca garantir aos RPPSs: excelência na gestão; melhoria na organização das



atividades e processos; aumento da motivação por parte dos colaboradores; incremento da produtividade; redução de custos e do retrabalho; transparência e facilidade de acesso à informação; perpetuação das boas práticas, pela padronização; e reconhecimento no mercado onde atua.

Na dimensão Controles Internos são observados o mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS; manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS; capacitação e certificação dos gestores e servidores das áreas de risco; estrutura de controle interno; política de segurança da informação; e gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos, aposentados e pensionistas. A dimensão Governança Corporativa envolve tópicos relacionados ao relatório de governança corporativa; planejamento; relatório de gestão atuarial; código de ética da instituição; políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor; política de investimentos; Comitê de Investimentos; transparência; definição de limites de alçadas; segregação das atividades; ouvidoria; qualificação do órgão de direção; Conselho Fiscal; Conselho Deliberativo; mandato, representação e recondução; e gestão de pessoas. A Educação Previdenciária é baseada em um plano de ação de capacitação e nas ações de diálogo com os segurados e a sociedade.

16 CONCLUSÃO

Quanto ao desempenho das aplicações financeiras do CaraguaPrev do mês, os membros do Comitê de Investimentos, observaram as regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção, prudência financeira e analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira, recebendo a aprovação deste Comitê.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV

Caraguatatuba/SP, 27 de agosto de 2026.

Anderson Franco B. do Nascimento
Diretor Financeiro
Presidente do Comitê de Investimentos



Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificado ANBIMA CPA
CP RPPS DIRIG III | CGINV III

Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Comitê
Certificado ANBIMA CPA-10



Adriana Zambotto Fernandes
Membro do Comitê



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Comitê





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina o artigo 73 da Lei complementar nº 59, de 05 de novembro de 2015, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao **mês de JULHO de 2026**, analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira da Autarquia, recebendo a aprovação deste Conselho.

Caraguatatuba/SP, 27 de agosto de 2026.

Cristiano Paulo Silva
Presidente do Conselho Fiscal



Adriana Zambotto Fernandes
Membro do Conselho Fiscal



Marcia Regina Paiva Silva
Membro do Conselho Fiscal



Marcus da Costa Nunes Gomes
Membro do Conselho Fiscal





PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina o artigo 71, inciso VI, da Lei Complementar nº 59, de 05 de novembro de 2015, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao mês de JULHO de 2026, analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira da Autarquia, recebendo a aprovação deste Conselho.

Caraguatatuba/SP, 27 de agosto de 2026.

Alex Catapani
Presidente do Conselho Deliberativo



Gabriela Cristina da Silva Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Margarete Soares de Oliveira
Membro do Conselho Deliberativo



Benedita Auxiliadora de Moraes
Membro do Conselho Deliberativo



Valéria Rodrigues Regina de Lima
Membro do Conselho Deliberativo



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo



Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo

